

CEDI - P. I. B.
DATA 30, 12, 86
CD 0KD22

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO

6ª Delegacia Regional

1º Semestre de 1985

Mercio Pereira Gomes

Antropólogo, Convênio CVRD-FUNAI

8 de agosto de 1985

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO

6ª Delegacia Regional da FUNAI

1º Semestre de 1985

A. APRESENTAÇÃO

Na função de assessor da CVRD, colocado à disposição da FUNAI, fui designado para coordenar um programa de trabalho dirigido aos índios Guajã, do estado do Maranhão, e assessorar a 6ª Delegacia Regional nos assuntos gerais de antropologia, sobretudo nas áreas de influência do Convênio CVRD/FUNAI. Como Coordenador do programa aos índios Guajã, denominado Programa AWÁ, escrevi um Relatório Inicial no qual estão delineadas as linhas mestras do programa. Recentemente escrevi um Relatório Administrativo avaliando os primeiros seis meses de atividades do Programa AWÁ. O presente relatório tenta abordar sucintamente as principais questões e dificuldades existentes na problemática indígena do Maranhão, e sua relação com o Convênio CVRD/FUNAI, durante o primeiro semestre do ano em curso.

A partir do primeiro relatório escrito para a CVRD, em setembro de 1982, a problemática indígena da 6ª D.R. foi compreendida como uma totalidade que envolvia todos os povos indígenas concernentes, as populações rurais do estado, órgãos estatais pertinentes e certamente a própria FUNAI. Foi colocada como prioridade básica a demarcação das últimas terras indígenas não demarcadas, sejam, a Reserva Krikati, a Geralda-Toco Preto e a Reserva AWÁ-Gurupi. Esta última compreende um território localizado entre os rios Pindare, Caru e Gurupi, limitado ao sul pelo paralelo 4º, limite tradicional da antiga Reserva Florestal do Gurupi, decretada em 1961.

Em segundo lugar, a saúde dos povos indígenas foi vista como problema real que inspirava uma atenção especial. Dever-se-ia criar um plano de interiorização da assistência médica, colocando profissionais gabaritados no cotidiano da vida indígena, para desta forma descentralizar o afluxo de interesses e dificuldades para São Luis. Neste sentido foi proposta a criação de uma Ajudância a

TEPPA

SAÚDE

ser localizada na Reserva Indígena Pindaré, próxima à cidade de Santa Inês, para facilitar a interiorização médica e criar as condições para um realinhamento das relações indígenas entre si e com a FUNAI.

Assim esperava-se o fortalecimento dos povos indígenas na área de influência da Ferrovia Carajás, cumprindo desta forma as metas do Convênio CVRD/FUNAI.

Ao contrário, os muitos desacertos da utilização das verbas do Convênio levaram a FUNAI e a CVRD a procurar ~~de~~ encaminhar os rumos da 6ª D. R. e sua relação com os índios da área. No meu quarto relatório, escrito em agosto de 1984, esclareci esses descaminhos nas áreas indígenas que eram objetos de minha preocupação, e propus algumas soluções, junto ao que reiterava as propostas formuladas anteriormente.

Coincidentemente, a presidência da FUNAI foi mudada e a 6ª D.R. veio a ser coordenada pelo indigenista José Porfírio Fontenele de Carvalho, com quem passei a colaborar na 6ª D.R.. Em janeiro deste ano a CVRD me pôs à disposição da FUNAI e aí passei a trabalhar direta e continuamente no Maranhão.

As iniciativas tomadas pela Coordenação da 6ª D.R., com a minha participação direta, no que se refere a uma avaliação das condições gerais da 6ª D.R., das reservas e postos indígenas e sobretudo dos povos indígenas concernentes, foram efetuadas através de constantes viagens ao campo, de entrevistas com lideranças e pelos relatórios dos antropólogos do Convênio CVRD/FUNAI e dos indigenistas e chefes de posto em áreas indígenas.

No que me concerne, foram feitas cinco viagens à área do Programa Awã, incluindo os dois postos P.I. Awã e P.I. Guajá, bem como seis outras viagens que incluíram os postos Araribóia, Kríkati, Caru, Carindé, Alto-Turiaça, Pindaré e todos os postos da Ajudância de Barra do Corda. Na verdade, apenas os P.I. Canudal, Zutina, Anjico Torto e Governador não foram visitados por mim pessoalmente nos últimos 8 meses.

Desse conjunto de atividades resultou uma série de reflexões sobre os principais problemas que atingem a problemática indígena no Maranhão, e sobretudo após a implantação do Convênio CVRD/FUNAI. Algumas dessas reflexões, em virtude da minha posição de assessor do referido convênio e do meu papel conferido pela CVRD à própria FUNAI de ter uma ação direta sobre o Convênio no Maranhão, foram traduzidas em forma de análises e sugestões sobre como deveria ser

orientado o desenvolvimento prático do Convênio. Algumas delas foram aproveitadas na elaboração da Programação 1985, redigida pelo Coordenador-Geral da 6ª D.R. e por mim. Outras constituem desdobramentos de reflexões já feitas e apresentadas em relatórios anteriores à CVRD.

B. TERRAS

Qualquer avaliação sobre problemática indígena e ação indigenista inicia-se com a questão da terra. No Maranhão, essa questão vem sendo colocada em primeira instância de prioridade há muitos anos, haja visto que de 16 reservas existentes ou previstas, 13 já foram demarcadas. As áreas de preocupação são as seguintes:

1. Reserva Krĩkati (ver relatórios do antropólogo José Luiz dos Santos.)
2. Reserva Geralda-Toco Preto - O encaminhamento para a demarcação desta reserva já foi feito para o próprio "GRUPÃO". No entanto, parece estar paralisado em razão da ausência do MIRAD nas últimas reuniões deste grupo de decisão.
3. Reserva Awa-Gurupi - (ver Relatório Inicial do Programa Awa). Recentemente a FUNAI criou um Grupo de Trabalho para iniciar o processo de seleção de área, nos termos gerais sugeridos pelo Programa Awa. Este GT dará início aos seus trabalhos a partir de 15 de agosto p.f.

A prioridade da demarcação destas terras faz parte sine qua non do Convênio CVRD/FUNAI. Na minha avaliação pessoal, acredito que seria possível demarcar ainda este ano todas essas três reservas, ou pelo menos encaminhar todas as questões para uma decisão final de alto nível. A demarcação da Reserva Awa-Gurupi, cujo plano engloba a ligação das reservas Alto Turiaçu e Caru, poderia ser feita mais eficientemente através da sua instituição como Parque Indígena.

B.1. Invasões

Pode-se classificar as invasões de terras indígenas de vários tipos. Há aquelas de caráter periódico ou cíclico, que se constituem na entrada de pessoas não indígenas em áreas onde há presença

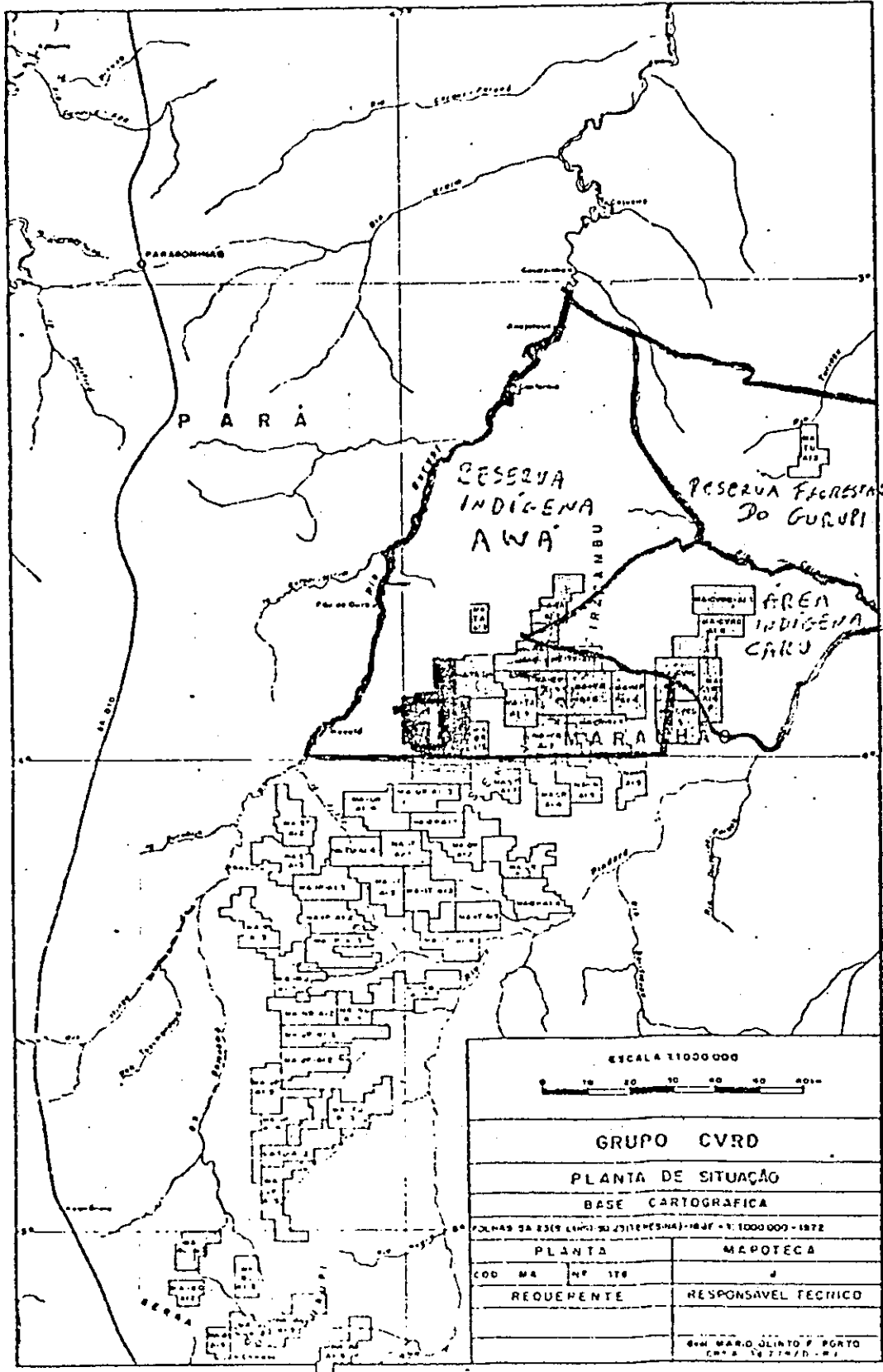
de bens extrativos, tais como babaçu, castanha, flosa de jaborandi, pescado, caça, madeiras e palhas e até minerais de garimpo. No Maranhão há invasões deste tipo em todas as áreas. Em algumas a preocupação torna-se maior porque implica numa anuência passiva de invasão por parte dos índios, como ocorreu em várias reservas dos índios Guajajara com a venda de madeiras para madeireiras locais. Foi fundamental a ação decisiva da Coordenadoria da 6ª D.R. para parar com essa prática, que, por extensão, ameaçava a integridade de todas as reservas do Maranhão. Outro caso difícil de ser resolvido se deu com a invasão da Reserva Araribóia pela empresa MERCK, multinacional de remédios com sede na Alemanha, que chegou a abrir uma estrada de 20 km dentro da referida reserva para colher e escoar a produção extrativa da folha de jaborandi.

Outro tipo de invasão é o pretensamente permanente, feito por interesses agrícolas. Há invasões deste tipo em várias reservas, mais pesadamente nas reservas Awa-Gurupi, Krikati, Geralda-Toco Preto, Urucu-Juruá e Canabrava. Só ações enérgicas e policiais é que darão fim a essas invasões.

Há por fim as invasões de caráter especulativo, que tanto visam interesses agro-industriais como minerais, e intencionam as terras indígenas para servirem de reserva de capital. A Reserva Awa-Gurupi sofre a mais pesada carga dessas invasões. Há notícias de invasores, com pretensões de ter enormes áreas de controle, algumas com 40.000 a 50.000 hectares, como as empresas VARIG, SOCIC, AGROMASA, e a DOCEGEO (subsidiária da CVRD, conforme mapa em anexo, pg 5). Algumas vêm encaminhando pedidos de certidões negativa de presença indígena, o que está sendo negado pela FUNAI. A retirada desses invasores depende de uma decisão firme do órgão indigenista apoiado na legislação em vigor e na Constituição brasileira.

C. SAÚDE

No início deste ano foi iniciado o programa de interiorização médica no Maranhão. A 6ª D.R. foi dividida em três áreas: A Ajudância de Barra do Corda, com os postos indígenas Canela, Porquinhos, Canabrava, Guajajara e Bacurizinho, e mais as áreas Morro Branco, Urucu-Juruá e Geralda-Toco Preto. Ao todo seriam quase 6.000 índios. A segunda área seria Araribóia, que compreenderia os postos



ESCALA 1:1000000	
GRUPO CVRD	
PLANTA DE SITUAÇÃO	
BASE CARTOGRAFICA	
FOLHAS DA RESERVA DO SISTEMA - 1:1000000 - 1972	
PLANTA	MAPOTECA
COD. MA. Nº 178	J
REQUERENTE	RESPONSÁVEL TÉCNICO
SR. MARIO OLINTO F. PORTO C.M.S. 12.774/D-01	

- ÁREAS COM ALVARÃS RENOVADOS
- ÁREAS COM ALVARÃS DE PESQUISA
- ÁREAS COM PEDIDOS DE PESQUISA

*estas áreas
são reservas
(em avaliação)*

indígenas Araribóia, Canudal, Zutiua, Anjico Torto, Governador e Kríkati, com cerca de 2.600 índios. E a terceira seria a área Pindaré, englobando os postos Pindaré, Caru, Awa, Guajá, Alto Turiaçu e Canindê, no total aproximado de 1.500 pessoas. Essas três áreas de interesse médico, definidas em virtude da proximidade geográfica e certa tradição de interligação entre os povos indígenas, receberiam três equipes médicas completas, compostas de médico, enfermeira, odontólogo e laboratorista, que passariam a coordenar todos os postos de saúde e atendentes de enfermagem locais, integrando-os a um plano de saúde e assistência médica definido regionalmente. Fariam seu plano de trabalho que deveria incluir visitas constantes às aldeias, criação de convênios com hospitais e clínicas regionais e avaliação das necessidades atuais e futuras para o bem estar e crescimento das populações indígenas.

Infelizmente este plano não logrou deslanchar nas áreas Araribóia e Pindaré, devido ao boicote que os médicos dessas equipes fizeram, inclusive pela recusa em se deslocar às áreas em pauta. Foram necessariamente demitidos, mas não houve tempo e condições de se reprogramar essas áreas totalmente. Porém a equipe médica da área Pindaré, pelo menos o médico, enfermeira e odontóloga já foram à área e iniciaram o trabalho para criar o plano de saúde para sua área.

Na Ajudância de Barra do Corda, a equipe médica tenta desenvolver o trabalho planejado, tendo sentido enormes dificuldades, por questões desde as adversidades do clima, até incompreensão por parte de alguns índios. Isso porque ao desenvolver a prática de diagnóstico médico criterioso dos problemas de saúde, diminuiu-se necessariamente a quantidade de remédios administrados, causando um certo impacto aos hábitos locais. Porém, tudo indica que este é o caminho da assistência médica a ser efetuado na área.

O reajustamento do programa de saúde da 6^a DR. implica na contratação de dois novos médicos, inclusive o médico do Programa Awa, para o que já há verba alocada, duas enfermeiras e uma dúzia e meia de atendentes de enfermagem e auxiliares de enfermagem para cobrir as necessidades do Maranhão da forma mais racional possível. Caso contrário, a Casa do Índio, em São Luís, continuará a ser o

refúgio de índios molestados por problemas de todas as sortes, até dos mais comuns e simples de resolver, como as gripes, verminoses e outras mais.

D. ECONOMIA

A questão econômica dos índios maranhenses se traduz, em termos gerais, na sua atual incapacidade de produzir uma oferta comerciável suficiente para preencher a sua demanda externa por bens manufaturados. Grosso modo, a economia indígena, excetuando a dos índios Guajã e Urubu-Kaapor, está falida. Esse problema não é de fácil resolução. Pelo contrário, parece vir aumentando com o passar dos anos, na medida em que aumenta a demanda externa e o crescimento demográfico da família indígena. Tantos planos e projetos elaborados por economistas, engenheiros agrônomos e até antropólogos e indigenistas terminaram em letra morta e deixando os índios cada vez mais perplexos.

No caso específico do Maranhão, tais dificuldades forma exacerbadas pela facilidade e leviandade com que forma distribuídos milhões de crizeiros a indivíduos indígenas na pretensa idéia de aumentar a produtividade de suas roças e assim resolver o problema.

Na verdade, essa distribuição foi causada pela pressão dos índios em busca de resolução rápida de seu problema estrutural, pressão essa exercida sobre pessoas que não tinham a legitimidade suficiente para propor medidas mais corretas e leis aos índios. De qualquer modo, a vontade por dinheiro fácil ainda se mantém no pensamento de muitos índios, que esperam qualquer oportunidade para voltarem à carga que fizeram nos últimos dois anos.

A Programação 1985, para o Maranhão, inclui um plano de recuperação da economia indígena baseado no financiamento dos instrumentos e insumos básicos de produção, a nível regional, a baixo custo e condizente com a capacidade produtiva de cada aldeia indígena. Ressalve-se que, sob a peculiaridade de cada povo indígena e mesmo de cada aldeia, reguarda-se no plano uma igualdade de condições básicas para todos para que não surjam discriminações futuras. O plano inclui também a compra, armazenagem e venda dos produtos indígenas, por um lado, e a venda de bens manufaturados a baixos preços, através do sistema de Armazem-cantina, por outro. Adicionou-se à produção agrícola, a prática pastoril de cunho coletivo, baseada na experiência pioneira dos índios das reservas Pindaré e Krĩkati.

Não se sabe se estes projetos serão capazes de resolver o problema econômico desses povos indígenas. Na verdade, não há uma solução fácil para esses problemas, pois surgiram de uma prática política de indigenismo que remonta à criação do SPI, e que parece estar em crise, sem que uma outra ainda tenha sido conceitualizada. Porém, as necessidades básicas dos índios requerem uma posição real e responsável. Nesse sentido esse projeto econômico é uma tentativa séria, baseado em análises de profundidade, e está sendo executado com empenho e clareza.

E. EDUCAÇÃO

Na 6^a D.R. existem vários tipos e formas de assistência educativa formal prestados aos índios. Entre os Guajajara há um programa de monitoria bilingue, em que os monitores são índios com graus de instrução a nível do primário, que já completou 12 anos.

Necessita reciclagem urgente, caso contrário perderá a sua finalidade inicial, que era a transmissão de conhecimento formal da sociedade brasileira e sua civilização através da mediação dos próprios índios e em sua própria língua.

Em algumas aldeias, como entre os Krĩkati, Gaviões e Canela, e em uma aldeia Guajajara, existe uma assistência educativa dada por missionários americanos. Esses são programas não-interligados e transcendem o aspecto educacional, atingindo questões de religião e comportamento moral e cultural. Num caso recente, da aldeia São Pedro, dos Guajajara, o convênio que estabelecia os termos da intervenção missionária se expirou, e os próprios índios requisitaram a saída da missão.

Na maioria das aldeias que contam com alguma forma de educação formal o que predomina é o sistema de professoras não-índias, contratadas pela FUNAI para ensinar os índios de acordo com os princípios e métodos ensinados regionalmente. Curiosamente muitas aldeias indígenas atualmente vêm preferindo esse sistema alegando que assim "têm a mesma escola dos brancos", e que fica mais fácil de cobrar o ensino, do que no caso da monitoria bilingue.

Por fim, existe o sistema de alunos indígenas estudarem nas cidades, como Grajaú, Barra do Corda, Santa Inês e até São Luís. São alunos com nível de ginásio que recebem bolsas de estudo da FUNAI além de hospedagem ou alguma ajuda de subsistência. Em alguns casos individuais parece estar havendo uma extensão do conhecimento adquirido, mas em sua grande maioria o aproveitamento é baixo ou irregular.

De fato, todas essas modalidades de educação formal não dão conta da grande complexidade da relação entre a educação desses povos e a educação formal da civilização brasileira, nem esclarecem sobre os caminhos que poderão ser compartilhados pelas duas grandes civilizações. Há necessidade urgente de uma reflexão mais ampla sobre essas e outras questões, e da tomada de medidas subsequentes. A contratação de professoras, a construção de escolas, a doação de bolsas de estudo são medidas de urgência, de caráter paliativo, se bem que necessárias, mas não resolverão o problema.

F. ~~EDUCAÇÃO~~ CONCLUSÃO

O desenvolvimento do Convênio CVRD-FUNAI, no Maranhão, durante o primeiro semestre deste ano, foi marcado pela tentativa de se arrumar a administração da 6^a D.R., bem como criar um programa geral para fundar bases de estabelecimento de uma nova política indigenista na área. A Programação 1985, apresentada ao Convênio CVRD-FUNAI, reflete essa tentativa. Nela são discriminados os custos necessários para encaminhar as questões da terra, saúde, economia e educação. Cabe ao Convênio CVRD-FUNAI o empenho em ativar essa programação.